



Goffredo, ex-constituinte.

Goffredo: nada justifica levar o mandato ao Supremo.

Não há argumento jurídico ou justificativa política que sirva como escudo para o presidente Sarney recorrer ao Supremo Tribunal Federal reivindicando seis anos de mandato. Na análise do professor Goffredo da Silva Telles Júnior, constituinte de 46, Sarney não pode abrir mão de um ano de seu mandato da mesma maneira que não pode forçar o aumento do número de anos que deve permanecer no poder, contrariando uma decisão da Constituinte.

— Não é da competência do presidente da República estabelecer normas constitucionais. Qualquer negociação em torno desta matéria acarreta um sentimento de desmoralização das nossas instituições. Certamente o presidente da República crescerá como vulto histórico, na evolução democrática do Brasil, se apenas dissesse que o prazo de seu mandato é o prazo que a Constituinte estabeleceu.

O professor Goffredo da Silva Telles, que deu a redação final à "Carta aos Brasileiros", um documento lançado em 1977 reivindicando a volta ao Estado de Direito, está convencido de que a insistência com que o presidente da República pleiteia um mandato de cinco anos está baseada em motivos pessoais. "E parece que esses motivos o levam a tomar atitudes que um bacharel jamais pensaria em tomar" — afirmou, sem querer entrar em detalhes e justificando: "Toda a parte consciente da Nação já os conhece perfeitamente". O que ele considera "lastimável" é que o presidente da República "dê um exemplo tão impressionante de desrespeito à Constituição, que é a lei maior de nosso país".

Sarney está contribuindo, segundo o professor Goffredo da Silva Telles, para a descrença da população nos políticos e nas instituições democráticas. "Já se sente no ar certo clima de saudade por governos que não admitiriam o desrespeito às leis e à ordenação jurídica do País", disse. Com certa ironia, ele comentou que considera "extremamente curioso" que todos esses fatos que estão sendo discutidos no momento "possam ser praticados precisamente por um presidente que não foi eleito pelo povo e que não recebeu um único voto para obter o cargo que exerce". Mais ainda: ele está de pleno acordo com a frase sintética do senador Fernando Henrique Cardoso, que tem afirmado que "a crise é Sarney".

Do ponto de vista jurídico não há argumento que sustente a vontade do presidente Sarney de permanecer no poder, segundo Goffredo da Silva Telles. "Posso responder com absoluta segurança que não há nenhum direito adquirido contra o texto expresso na Constituição".

Em termos didáticos, ele explicou que o Poder Executivo, que tem como titular o presidente da República, "é um poder constituído de acordo com o que dispõe o poder Constituinte. Não existe na República, em nenhum Estado de Direito, qualquer poder mais alto do que o poder Constituinte, que pertence originariamente ao povo. O poder Constituinte pode criar poderes ou extinguir outros já existentes". E, dentro deste ângulo, ele lembrou que o poder Constituinte "tem até mesmo a faculdade de extinguir o Supremo Tribunal Federal".

Mesmo que Sarney tentasse alterar seu mandato através do Supremo, o professor Goffredo acredita que o "STF jamais pensaria em mudar uma norma estabelecida pelo poder Constituinte".

Tentar estabelecer diferenças entre poder constituinte originário e poder constituinte derivado para se afirmar que Sarney teria o direito adquirido de ficar seis anos no poder não tem, segundo o jurista, qualquer fundamento. "Quando se atribuiu ao Congresso Nacional o poder de elaborar uma Constituição, atribuiu-se a ele o poder constituinte original. O originário é um poder do povo de elaborar a Constituição. O poder constituinte derivado é um poder criado pelo originário e atribuído ao Congresso Nacional para emendar a Constituição em matérias não essenciais".

O professor Goffredo considera importante ressaltar que se a Constituinte tivesse somente o poder derivado não seria necessário o ato convocatório do presidente da República para que ela se instalasse. "Isso porque todo Congresso Nacional tem sempre em qualquer época o poder constituinte derivado. É um poder inerente do Congresso Nacional", concluiu.

Vera Cecília Dantas



Jânio: instigando o murro.

UM SINAL DE PAZ

O presidente Sarney chegou conciliador ao Congresso Nacional, que reiniciou ontem seus trabalhos: em sua mensagem anual ao Legislativo, se não deixou de lembrar que tem "um mandato a cumprir, determinado pela Constituição vigente" (seis anos), por outro lado destacou que o Congresso é "o local do diálogo necessário", o espaço desarmado "dos que se armam apenas de intenções democráticas".

O efeito da mensagem sobre a crise que vinha se avolumando foi fulminante: alguns de seus trechos chegaram a ser aplaudidos. Embalado nesse clima, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, chegou a propor um grande entendimento nacional, que leve a uma saída para o impasse.

E Ulysses Guimarães e o emissário de Sarney, ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, até confraternizaram quanto ao tema:

— A Constituição será o grande pacto nacional — concordaram. O pacto da Constituição será contra a pobreza, as injustiças sociais, e representará a grande maioria da sociedade.

Ulysses lembrou a Couto a necessidade de "desarmar espíritos para que surjam elementos de pacificação do País". E disse que deseja concentrar todos os esforços na Constituinte, para que não se-

jam criados confrontos, ainda que verbais, "que não trazem proveito ao País, à Constituinte ou ao próprio governo".

Murros

Mas nem tudo foi desarmamento de espíritos ontem em Brasília. O prefeito Jânio Quadros, que foi recebido no Palácio do Planalto, almoçou no Alvorada, e passou no Congresso acompanhado do governador José Aparecido, tratou de instigar animosidades. Primeiro, disse que o presidente Sarney anda com disposição de "dar um murro na mesa" — coisa que ele, Jânio, vem pedindo há tempo.

— O Legislativo só existe porque o presidente existe — provocou o prefeito. Foi ele que graciosamente convocou a Assembléia Nacional Constituinte e deve receber desta Casa o respeito que o seu mandato legítimo merece.

Nada conciliador foi também o governador Hélio Gueiros, do Pará, intransigente defensor do mandato de cinco anos para Sarney. Ele apoiou a pretensão iniciativa do presidente de discutir seu mandato no Supremo Tribunal Federal. "Essa Constituinte não tem poder absoluto, não está acima do bem ou do mal como pensa." No entanto, outro fiel aliado de Sarney, o governador Álvaro Dias, do Paraná, saiu de audiência no Planalto dizendo que o presidente não pensa em recorrer ao

STF. "O presidente me reafirmou o seu respeito à Constituinte."

Pressa

Em meio a essa discussão, parlamentares e assessores do governo analisam se é vantagem ou não apressar o trabalho da Constituinte. Se ele se arrastar longamente, as eleições presidenciais de novembro ficam prejudicadas. É o que esperam dois líderes do Centrão, Amaral Netto (PDS-RJ) e Ricardo Fiúza (PFL-PE).

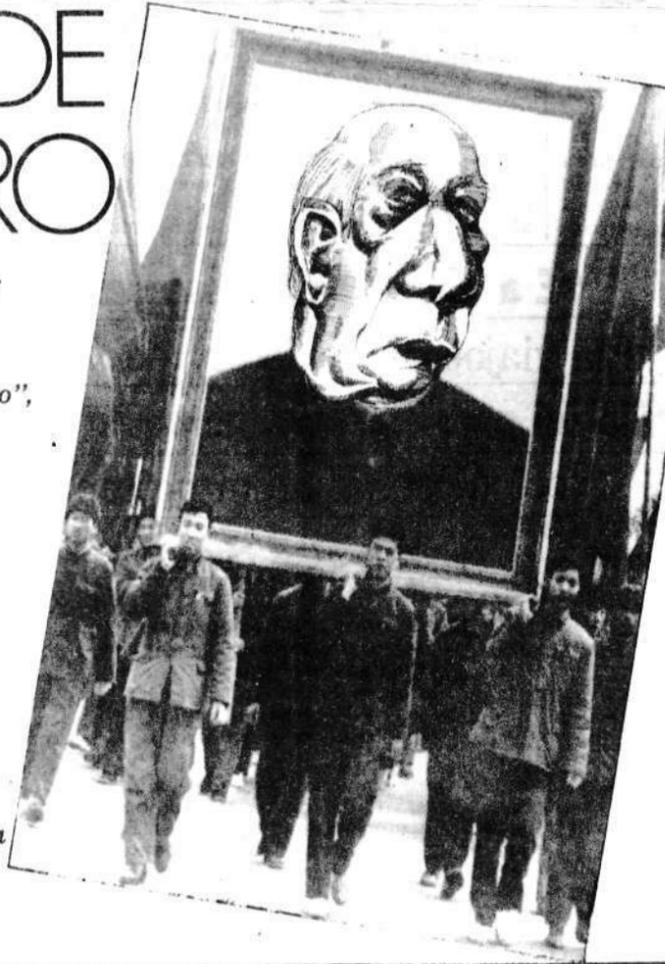
— Se apressarmos ao máximo, poderemos promulgar a Constituição dia 4 de julho — previu Amaral. Se não, só no ano que vem.

Fiúza é contra prazos determinados e a correria que pode comprometer o trabalho final. Já o mineiro Aluísio Vasconcelos (PMDB) acha que quem está travando os trabalhos é o vedetismo do PT e do PC do B, que "só estão preocupados em aparecer na TV, não em votar".

Mas se tudo fosse mais rápido, quem teria a ganhar seria o governo, na opinião do ministro Borges da Silveira, da Saúde. Segundo pesquisa que fez entre seus colegas constituintes, concluiu que, se a votação do mandato ocorresse nos próximos 15 dias, os cinco anos teriam mais de 300 votos, vencendo. "As posições que o presidente assumiu nos últimos dias repercutiram muito bem", analisou.

O GRANDE TIMONEIRO

O ex-primeiro-ministro chinês Mao Tsé-tung chegou ao auge do poder depois de 26 anos de governo, na chamada "revolução cultural", em 1966, quando passou até a ser chamado de "O Grande Timoneiro", levando milhares de jovens ao fanatismo. Ulysses Guimarães não precisou de tanto tempo para receber o mesmo tratamento: na tarde de ontem, em seu discurso de abertura do ano legislativo, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, fazia um discurso de apelo ao entendimento, até citar o nome de Ulysses e acrescentar — "esse Grande Timoneiro da Democracia". Foi o que bastou: o plenário levantou-se em aplausos, por longo tempo, culminando a cena com o próprio Ulysses, também de pé, acenando para os presentes. A seu lado, o emissário do presidente Sarney, ministro Costa Couto, que recebeu discretas palmas ao final.



Há quem queira militares. E outros protestam.

As manifestações de produtores rurais no interior do Estado de Minas, pedindo a volta dos militares ao poder "podem se alastrar pelo País", advertiu ontem em Belo Horizonte o presidente em exercício da Federação da Agricultura de Minas, Odélio Carneiro. "Isso revela o grau de insatisfação a que as pessoas do campo chegaram".

Dizendo-se pessoalmente favorável a uma solução democrática, "da qual os militares podem participar, se quiserem", Carneiro afirmou que o importante para os produtores rurais é que "o País volte a ser governado por pessoas sérias".

Odélio disse que a sua entidade não está envolvida com essas manifestações, "que estão surgindo espontaneamente no meio dos ruralistas, com o apoio dos sindicatos da categoria". "Eles revelam o enorme desapontamento de todos com o governo que aí está, que conseguiu arrebentar com a economia do País, após a mudança de quatro ministros da Fazenda, com quatro políticas diferentes".

Sempre dizendo que prefere "uma solução democrática", o produtor rural disse ser um fato indiscutível "que no tempo do regime militar os produtores tinham crédito em volume adequado e em condições mais favoráveis. E esta constatação tem peso muito na disseminação dessa idéia entre os produtores, a do retorno dos militares".

Em Londrina, empresários, empregados, profissionais liberais, produtores rurais e entidades classistas da cidade denominaram "Dia de Alerta" o protesto que farão amanhã às 14h, no centro da cidade, contra o "desgoverno, a inflação, juros, carga tributária, gastos públicos, morosidade na Constituinte, correção monetária e corrupção, que inviabilizam a vida nacional". O comércio e a indústria vão parar e após a manifestação os participantes farão uma passeata até a prefeitura.

Em Brasília, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o paulista Márcio Thomaz Bastos, disse ontem ao lançar a campanha do "Dia da Advertência" pelas eleições diretas em 1988, que a Ordem não pode ser cúmplice daqueles "que traem seus compromissos e colocam interesses pessoais contra a vontade de toda a Nação". Bastos anunciou para o dia 4, sexta-feira, uma campanha nacional envolvendo as seccionais da OAB, em todo o País, em defesa das eleições presidenciais em 1988.

A tese defendida pelo presidente da OAB prende-se ao fato de que com o fim da transição, ao ser promulgada a nova Constituição, encerra-se o atual governo, "que nasceu transitório". Márcio Bastos ressalta que a Constituinte é soberana, foi eleita pelo povo, "inclusive para sepultar os nomes e as práticas do autoritarismo".

Adverte ainda o presidente do

Conselho Federal da OAB que "esse governo — incapaz de conter a corrupção e a inflação, de fazer as reformas que o povo reclama — mantém o arrocho salarial, volta ao FMI, leva a maioria das famílias ao desespero e parece enveredar, agora, pelo caminho da subversão institucional".